



## RESENHA

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

*Adailson Soares Dantas* - Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: adailsondantas16@gmail.com

*Flavio Henrique Souza Lobato* - Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: flaviohslobato@gmail.com

### **Uma história sobre a “natureza” das cidades na Amazônia: constituição, modernidade e processos contemporâneos**

#### **1 APRESENTAÇÃO**

Uma história, por vezes, possui mais de uma versão. No contexto de conformação da Amazônia, a exemplo, é possível identificar diferentes narrativas, seja dos colonizadores e dos agentes envolvidos no planejamento e na implementação dos grandes projetos de desenvolvimento, seja dos povos indígenas e das comunidades tradicionais que historicamente foram afetadas por transformações significativas em seus modos de vida e territórios. Algumas narrativas dessa história nem sempre são contadas, sendo invisibilizadas e silenciadas diante da sobreposição de versões convencionais e hegemônicas, conforme assinalam Castro e Campos (2015).

Nesse sentido, o livro *Cidade e História na Amazônia* resulta de um esforço de tentar compreender o quadro complexo de discussões sobre a(s) história(s) das cidades na Amazônia brasileira. A obra apresenta compreensões sobre a natureza e

a contraposição entre as visões sobre a Bacia Amazônica, nas quais a subjetividade se expressa no período contemporâneo pela forte manutenção da memória coletiva, vinculada às formas de vida florestal como resistência cultural e como modos de expressão de um inconsciente coletivo. Escrito por Yara Vicentini, o livro tem extensão de 290 páginas e possui configurações de texto argumentativo-dissertativo, sendo escrito em língua portuguesa (BR). Apresenta escrita coerente, coesa, possuindo conteúdo e estrutura bem articulados e desenvolvidos.

A autora é graduada em Arquitetura e Urbanismo (1974) pela Universidade Mogi Cruzes, São Paulo, mestra em Estruturas Ambientais Urbanas (1988) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Arquitetura e Urbanismo (1994) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Foi professora e orientadora do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), de 2000 a 2006. Teve experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, história urbana do Brasil, espaço público urbano, metrópoles brasileiras e história do urbanismo (PLATAFORMA LATTES, 2021).

Inicialmente escrito como tese de doutorado defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da USP, em 1994, o livro se refere ao processo histórico e contemporâneo de constituição das cidades na Amazônia brasileira, a partir de sucessivas abordagens teóricas e metodológicas e de suas temporalidades específicas. A necessidade da obra advém de um contexto de crescimento do pensamento ambientalista nos anos 1990, período no qual ocorreram diversos eventos mundiais (como a Conferência RIO92) com o intuito de criar alternativas e avanços para os emergentes prognósticos de esgotamento de recursos naturais e, conseqüentemente, de destruição do meio ambiente.

É neste quadro complexo que é retratada, nesta obra, a discussão sobre a história das cidades na Amazônia brasileira, contrapondo conceitos e perspectivas sobre a natureza e as diversas visões sobre a Bacia Amazônica, nas quais a subjetividade ainda se expressa – mesmo quase 3 décadas após a escrita do livro - pela manutenção da memória coletiva como resistência cultural vinculada às formas de vida dos diversos povos que habitam a floresta, notadamente os povos tradicionais, indígenas e ribeirinhos. Assim, *Cidade e História na Amazônia* tem como enfoque a relação cidade/natureza, compreendendo que o processo de

constituição das cidades da região foi condicionado por um sistema econômico, político cultural e mundial que guarda especificações – que são expostas por uma natureza diversificada e por peculiar apropriação antrópica. No mais, esta especificidade revela uma fragmentação em sua organização territorial, assim como uma diversidade própria nas expressões espaciais, sociais e culturais.

No tocante às considerações fundantes sobre a questão da abrangência da área de estudo e das temporalidades tratadas na obra, a autora entende que a concepção sobre a bacia amazônica, além de exprimir um conceito espacial, distingue uma temporalidade diferenciada em sua concretização histórica, que não se restringe à possibilidade de uma temporalidade estritamente vinculada a ciclos econômicos gerais. Nesse sentido, o exame detalhado da historiografia sobre o objeto de estudo nos ajuda a refletir sobre a reconstrução de uma temporalidade, não necessariamente calcada na cronologia dos fatos políticos, econômicos e sociais, mas na exploração de planos diferenciados de história, procurando epistemologicamente caracterizar um tempo geográfico, um tempo social e um tempo cultural ou individual.

Na discussão sobre as possibilidades teóricas decorrentes de seu objeto de estudo, qual seja, a vinculação cidade/natureza/história na Bacia Amazônica, Vicentini propõe quatro argumentos principais. Em primeiro lugar, colocou-se a necessidade de uma reflexão sobre a concepção de natureza, para, posteriormente, pensá-lo em seus diversos paralelismos com a concepção de cidade. Esta análise possui, para a autora, múltiplas facetas, entre as quais se destaca a compreensão que, entre os séculos XV e XIX, formulou teorias sobre a metafísica, a natureza e a evolução das espécies que contribuíram para consolidar a visão do europeu colonizador em diversas partes do mundo.

O segundo argumento pode ser expresso pela apreensão dos movimentos políticos e históricos vinculados ao seu objeto de estudo. A abordagem da história dos homens encontra nas representações dos movimentos políticos, no caráter do Estado e nas transformações da base econômica direções para um aprofundamento da análise tratada pela autora.

Para o terceiro argumento, Vicentini destaca o caráter das cidades na Amazônia, estabelecendo uma diferenciação fundamental entre uma análise que se pauta no processo de urbanização e outra que se centra no seu caráter. A discussão levantada pela autora se refere às abordagens em que a apreensão do processo urbanização, afeita aos processos mais gerais de um sistema

mundializado de expansão e de peculiaridades do modo de produção capitalista, parece insuficiente para o exame da especificidade e da diversidade das cidades na Amazônia brasileira. Para isso, recorre-se à interpretação marxista da cidade capitalista, nos termos expostos por Henri Lefebvre, que trabalha com a questão da cidade em abordagens que se aproximam do mundo do trabalho, dos modos de vida e de uma interpretação das transformações culturais que lhe são intrínsecas.

Examinar as transformações no caráter das cidades, sob os aspectos que incluem a introdução de uma nova urbanidade, na longa passagem para a modernidade, são premissas que esboçam o quarto e último argumento da abordagem teórica proposto pela autora, uma vez que destacam a contraposição e a diversidade entre um entendimento universal amparado em sua visão da expressão dos modos culturais de vida, os quais são enfocados pela relação trabalho e natureza.

Em termos metodológicos, no âmbito do objeto de estudo da obra, em primeiro lugar, segundo Vicentini, é fundamental realizar uma reflexão sobre as categorias espaço e tempo, delimitadas por uma temporalidade própria do objeto na sua expressão geográfica e histórica, fortemente vinculada ao meio natural e em suas abordagens específicas nas cidades. Nesse sentido, a autora se apropria de uma periodização histórica tradicional não compatível com a formulação metodológica que se persegue, mas que expõe o conhecimento de uma cronologia de ocupação territorial por ciclos econômicos, que se apresentam como um mapeamento do conhecimento empírico da história de apropriação do território.

Um segundo enfoque metodológico utilizado pela autora refere-se à consideração do eixo teórico sobre os processos políticos, à caracterização do Estado e suas transformações e à sua intervenção nas formas de apropriação territorial. A história suporta as concepções teóricas sobre a introdução de novas relações econômicas e técnicas de produção na bacia amazônica, em sua especificidade.

Por último, Vicentini considera que a apreensão da diversidade cultural necessita de conhecimento histórico e antropológico, colocando como referência a compreensão das formas de resistência da população, de caráter social e cultural. Neste caso, o objetivo da autora é particularizar a discussão cultural, fortemente vinculada ao entendimento sobre a ideia de natureza, perante a construção das cidades e suas especificidades.

## 2 SÍNTESE DA OBRA

A riqueza das informações coletadas por Yara Vicentini e a dimensão dos processos de transformação em curso na época de escrita do livro puderam estruturar a proposta de organização e conteúdo do mesmo, que se apresenta em cinco capítulos, além da introdução, quais sejam: 1) “A gênese da cidade”, 2) “A passagem para a modernidade”, 3) “O processo contemporâneo de formação das cidades” 4) “A especificidade da cidade na Amazônia” e 5) “Conclusão: natureza, Amazônia e cidade”. Para tanto, a autora utiliza, simultaneamente, uma temporalidade política, econômica, histórica e cultural, conforme os enfoques expostos.

No primeiro capítulo, intitulado “A gênese da cidade”, o pensamento sobre a natureza e seus principais paradigmas do século XV ao XVIII são expostos, procurando contrapor a visão do homem europeu à concepção dos povos primitivos. A autora configura a diversidade e a extensão do período inicial da colonização na Amazônia, enfocando a questão histórica que remete a considerações antropológicas sobre a apropriação do território e seu domínio, evoluindo das formas de apropriação dos povos primitivos, até então eminentemente vinculadas às especificidades do “meio físico”.

Prosseguindo, a autora enfatiza a transformação de um processo de apropriação nômade e sem delimitação, que se entende como domínio territorial da região, até o surgimento das primeiras concessões dominiais em áreas extrativistas, a famílias de colonos, constituídas em núcleos urbanos ribeirinhos. Do ponto de vista histórico e social da formação das cidades, Vicentini analisa a construção dos fortes, dos fortins e das aldeias missionárias. O item da discussão sobre o processo de apropriação sobre a região, que está descrito nos quadros de atuação e expansão das ordens religiosas nos séculos XVII e XVIII, também demonstra os exemplos de vilas e cidades da Amazônia que se originaram de aldeamentos e fazendas de missionários, citando as várias cidades que se formaram a partir desses aldeamentos. A autora destaca que havia o interesse em reproduzir, mesmo que tardiamente, o modelo de acumulação que viabilizasse a passagem, em nível internacional, do capitalismo mercantil ao industrial. Por este prisma, o poder comercial das ordens religiosas, em especial jesuítas, dificultavam esta transformação, em particular na Bacia Amazônica

O segundo capítulo, chamado de “A passagem para a modernidade”, analisa as diferentes visões do colonizador estrangeiro na floresta, destacando o pensamento sobre a natureza entre o século XVIII e início do século XX. Neste capítulo Vicentini tenta compreender a intensificação dos processos de ocupação pela expansão e extensão das áreas de exploração econômica. São profundas as alterações da rede urbana de cidades, iniciando-se a apropriação em áreas não mais exclusivamente ribeirinhas ou fluviais. As cidades, nesse período, passam por um processo de expansão diretamente vinculado aos novos parâmetros do mercado internacional. Em seguida, a autora aborda a passagem para a modernidade e o enfoque sobre a história cultural, particularizando estratégias de apropriação territorial, bem como formas de resistência cultural.

A autora termina o capítulo concluindo que o período significou a passagem para a modernidade na bacia amazônica, onde as cidades se expressam como antecipações, destacando: 1) as alterações relativas à sazonalidade da produção e dos modos de vida que são profundamente transformados nas novas condições de trabalho; 2) a tentativa de introdução de um novo padrão cultural urbano, considerando os modelos higienistas do urbanismo mundial, particularizando os projetos de embelezamento de Manaus e Belém, a implantação da cidade de Fordlândia, a tentativa de implantação da Ferrovia Madeira-Mamoré e da estrada de ferro Bragantina.

O terceiro capítulo, “O processo contemporâneo de formação das cidades”, dividido em dois subcapítulos, “Território, população e migração” e “A fronteira urbana”, inicia com uma análise histórica acerca dos processos de ocupação, migração e territorialização da Amazônia, descrevendo: a importância das cidades de Belém e Manaus no ciclo econômico da borracha, os programas, projetos e estratégias de integração e ocupação, até os grandes projetos de exploração mineral na Bacia Amazônica – os quais aparecem sistematizados temporalmente em um quadro como os principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia entre os anos de 1953 a 1988. Destaca-se que tais ações repercutiram, por vezes, em disputas por terras entre colonos, posseiros, grileiros e grandes empreendimentos agropecuários. Essas disputas tiveram um papel basilar na criação de instrumentos de regularização fundiária rural na região.

Ainda sobre o quadro apresentado, é possível notar, além dos programas, dos projetos e dos órgãos executores, os principais objetivos traçados. Destarte, conformou-se uma nova fronteira urbana, marcada pelo surgimento de um

número considerável de cidades no contexto dos grandes projetos de integração e de desenvolvimento, incluindo a instalação das *company towns* – refletindo, inclusive, em uma maior divisão social do trabalho e técnica no território. Tais transformações, ao re(des)estruturarem o espaço, a paisagem e as dinâmicas socioeconômicas, ambientais e culturais da região, conformam um espaço regional permeado por especificidades. Esse cenário tem sido atualmente investigado por Trindade Júnior (2010) a partir da noção de urbanodiversidade, a qual desvela que mesmo dentro das particularidades da Amazônia existem diferenças que podem ser observadas em singularidades que expressam cada cidade, seja a partir de antigas e novas relações com o rio e as estradas, seja em decorrência de inovadoras dinâmicas introjetadas com novos projetos desenvolvimentistas na região.

Decerto, o crescimento da população compreende um dos aspectos que desponta em diversas discussões propostas pela autora, entre elas elencam-se o fato de que: Manaus se tornou definitivamente uma metrópole; houve a ligação do Porto de Itaqui, em São Luís, à mina de Carajás, no Pará; foram construídas as rodovias Belém-Brasília e Transamazônica. Para além desses, é importante postular que diversos outros processos tiveram contributos no desenvolvimento da ocupação da região, os quais também foram condicionantes *sine qua non* para o novo desenho do espaço e da dinâmica regional.

O quarto capítulo, “A especificidade da cidade na Amazônia”, estruturado em sete subcapítulos, inicia contextualizando as especificidades das cidades na Amazônia que persistem mesmo com as ações institucionais e são decorrentes de um sistema econômico, político e cultural mundializado – seja na forma da natureza diversificada das ambiências, seja na forma de apropriação antrópica particular. Em outras palavras, Vicentini assinala que, não obstante tais processos, mantém-se uma rede articulada de pequenas cidades, por meio de rios, estradas e ferrovias, mas que agora são a “base”, isto é, porções onde residem e/ou circulam bolsões de mão de obra assalariadas dos grandes empreendimentos instalados na região.

Na busca por retratar as especificidades, Vicentini explora, no universo das distintas temporalidades históricas, como as diferentes espacialidades (cidades) amazônicas contemporâneas se re(des)estruturaram em: 1) cidades capitais transformadas em metrópoles que concentram e difundem miséria, a partir das inovadoras formas de exploração econômica, 2) cidades empresas e/ou as cidades hospedeiras, as quais hospedam grandes indústrias de extração e industrialização mineral e madeireira e os impactos de suas ações na região,

em troca de um desenvolvimento econômico, ou de um pseudodireito à cidade, e 3) cidades tradicionais, cidades da colonização, cidades excluídas e cidades espontâneas, que resultam de formas diferenciadas de cidades na floresta, a partir de conflitos e dinâmicas de ocupação e exploração econômica.

### 3 CONCLUSÕES E AVALIAÇÕES DA OBRA

Historicamente, homem e natureza eram (e ainda são) conceitos amplamente polarizados, sendo visualizados a partir de discontinuidades. O homem – enquanto animal componente da natureza – por ser, em sua antologia, o único ser vivo capaz de pensar, refletir, atribuir signos e, nesse caminho, produzir cultura, entendeu que as suas “diferenças” em relação aos demais seres lhe permite estar em um patamar de superioridade. Desse modo, as diferentes sociedades humanas foram guiadas pela lógica de dominação dos outros componentes da natureza. A exploração dos recursos naturais, de certa forma, tem sido uma maneira de reafirmar essa “dominação”. Nesse sentido, a noção de que para desenvolver é preciso explorar e dominar a natureza encontra-se enraizada no pensamento de diferentes agentes que compõem a sociedade contemporânea e o atual e dominante modo de produção e reprodução socioeconômica.

De posse destas compreensões, que estão no bojo das discussões mais atuais, embora diversos estudos antropológicos tenham referenciado as especificidades e as estratégias locais na Bacia Amazônica – reconhecendo a diversidade sociocultural e as relações de simbiose entre sociedades tradicionais e natureza –, o capítulo “Conclusão: natureza, Amazônia e cidade” aborda que na imagem que se projeta sobre a bacia ainda perduram acepções racionais e desenvolvimentistas, as quais concebem a natureza tão somente como recurso natural passível de exploração. Segundo Yara Vicentini, tais concepções apresentam marcas históricas na cobertura vegetal da bacia, incitadas e materializadas por grandes programas de integração nacional, pelos projetos de mineração e pelo desmatamento desenfreado das indústrias madeireiras e do agronegócio.

Diante disso, a autora acentua a criação das áreas protegidas enquanto “demarcações ambientais”. Todavia, na busca por criar áreas que se configuram como imagens ou fantasias do passado, paralelamente, criam-se áreas onde se pode ou não desmatar. Mais adiante, porém, a autora destaca a importância da demarcação das Terras Indígenas, especialmente no que diz respeito ao



reconhecimento étnico de vários grupos indígenas. Ademais, a apropriação de terras criou para além de embates, processos de resistência entre os povos florestas e o capital e seu poder de apropriação territorial.

Por fim, a autora pontua que a configuração de uma nova rede de cidades, fragmentada e deficiente de infraestrutura, comportou-se como componente de uma estratégia hodierna de meios de apropriação territorial. Por outro lado, caracteriza-se como importante possibilidade fomentar e articular uma maior organização de resistências – dado que as cidades, historicamente, concentram órgãos, mecanismos, serviços e ações de informação, organização e de mobilização cultural, sindical urbana, rural e ambientalista. Num contexto mais recente, cabe citar a relevância de Marabá como centro das articulações do povo Xikrin ante os impactos decorrentes dos projetos mineradores da Vale.

A obra traz um debate relevante para a compreensão dos processos de ocupação na região amazônica e, sobretudo, de conformação das cidades, de suas respectivas dinâmicas e de suas configurações no espaço territorial urbano-rural. Na visão da autora, ao se analisar os novos núcleos urbanos, principalmente aqueles atrelados aos grandes empreendimentos, é evidenciada a fragilidade das redes de assistência social para com as populações locais. Em face de um desenvolvimento baseado exclusivamente em crescimento econômico, o Estado e as grandes empresas têm explorado riquezas e deixado como “presentes” aos locais e às populações grandes impactos sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos, introjetando lógicas globalizadas e homogêneas.

Daí decorre a importância de se revisitar esta obra, que, mesmo passados 26 anos de seu lançamento, continua extremamente atual ao analisar os diferentes processos históricos, sociais e antropológicos que conformam a região. A introdução de modelos exógenos de desenvolvimento, acentuados desde a década de 1990, tem se materializado com a implementação de grandes objetos econômicos que visam ao atendimento de um mercado de *commodities* internacional e com a modernização territorial que enseja mudanças culturais que afetam diretamente os modos de vida da população local a partir da adoção de temporalidades, ritmos e costumes exportados que pouco se adequam à preservação da floresta. Conquanto sejam processos contemporâneos, se originaram desde os primórdios da ocupação da região, como podemos aferir a partir da detalhada escrita historiográfica de Vicentini.

Em relação à estrutura e à forma de organização da redação dos capítulos, é importante frisar que a autora os divide basicamente em dois segmentos: no primeiro, de maneira introdutória, Vicentini pormenoriza a produção teórica pregressa de autores e pensadores que abordam a temática principal no campo epistemológico. Quando de fato adentra no segmento em que trata do contexto de constituição das formações territoriais urbanas na bacia amazônica, a autora se mostra objetiva em transmitir as conjunturas históricas e a diversidade dos cenários explorados.

Contudo, a partir das discussões decoloniais mais recentes, nota-se que, apesar de muito se discutir a ideia de construção de um método “geo-histórico” que abarque tanto as realidades políticas, sociais e culturais quanto os eventos econômicos que contribuíram na formação das cidades amazônicas, a autora apresenta dificuldades em desenvolver uma narrativa menos eurocêntrica, que seja capaz contemplar a realidade e os modos de vida das comunidades tradicionais e povos indígenas da região. Por outro lado, dado o contexto de construção da obra, a postura dessa narrativa é facilmente compreensível e não anula a relevância e o mérito do trabalho da autora.

No mais, ao longo da obra é possível verificar, em certa medida, um certo preterimento à uma análise mais fundamentada do objeto “natureza”, que é corroborada na narrativa histórico-crítica das formas antrópicas perversas de ocupação territorial da Bacia Amazônica, as quais a concebem meramente como um recurso a ser explorado. A discussão acerca da natureza é melhor desenvolvida na conclusão do trabalho, em que se retoma o pensamento contemporâneo sobre ela. Ao final da primeira parte a autora disserta que as especificidades da região são importantes para contrapor certas visões contemporâneas de natureza sobre Bacia Amazônica

No nosso entender, a importância da análise histórica empreendida no livro, do seu objeto que articula cidade e natureza, é justamente essa: compreender, de forma abrangente (não apenas levando em conta ciclos econômicos, como efetuada por outros autores que tratam da questão), os processos que conformaram as cidades da região, para assim melhor assimilar a realidade atual e preconizar novas formas de pensar, planejar e executar mudanças nas cidades da região, tendo como parâmetros a realidade, as necessidades e a versão das populações locais sobre a história de “integração”, “desenvolvimento” e “modernidade” que tem sido amplamente contada e legitimada.

**REFERÊNCIAS**

CASTRO, E. M. R.; CAMPOS, Í. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v. 2).

PLATAFORMA LATTES. Yara Vicentini. **Plataforma Lattes – CNPq**, Brasília, DF, 2021. Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2078721717627124>. Acesso em: 11 mar. 2021.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 49-77, 2010.

Texto submetido à Revista em 15.03.2021  
Aceito para publicação em 23.04.2021

